

Dinheiro caro

Vicente Nunes
Da equipe do **Correio**

O maior empréstimo já concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil, de US\$ 30 bilhões, custará até três vezes mais que a taxa tradicional de juros cobrada pela instituição. As taxas vão variar de 3,22% a 7,22% ao ano. Os juros normais são de 2,22%. O custo maior será uma punição do Fundo porque o Brasil, ao sacar US\$ 10 bilhões em junho último, estourou em 358% o limite de saque de US\$ 3 bilhões a que tinha direito como sócio do organismo. “Ainda assim, trata-se de um acordo espetacular para o Brasil”, disse o presidente do Banco Central, Arminio Fraga. Se tivesse que recorrer ao mercado tradicional de títulos — que lhe fechou as

portas — o país estaria pagando juros superiores a 20% ao ano para captar o dinheiro que necessita para fechar suas contas.

Ao anunciar ontem detalhes do acordo, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, cobrou dos candidatos à Presidência da República apoio incondicional ao programa fechado com o FMI. “O acordo não é apenas importante para a superação das atuais turbulências no cenário internacional, mas também para garantir uma transição tranqüila ao próximo governo”, disse. “É preciso que os candidatos, daqui por diante, mostrem seu apoio de forma clara, inequívoca e crível. Não será nada mais do que a confirmação do que se tem dito e lido”, ressaltou.

Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, disse que não havia outra alternativa para o Brasil, diante da grave crise, a não ser pegar dinheiro com o FMI. Ciro Gomes, do PPS, se recusou a falar do acordo. Mas seu principal assessor econômico, Mauro Benevides Filho, ressaltou que um eventual governo Ciro honrará o programa fechado com o Fundo. Mesmo querendo marcar posição diferente dos adversários, Anthony Garotinho, do PSB, foi cauteloso. Afirmou estar preocupado com o acordo e que “ninguém deve comemorar uma ida ao banco para pegar dinheiro emprestado”. José Serra, do PSDB, destacou que o apoio do FMI ajudará o país a se tornar menos vulnerável.

Pelo novo acordo com o FMI, o Banco Central

suspendeu a intervenção diária no mercado de US\$ 50 milhões. Como ganhou poder de fogo maior — poderá usar até US\$ 10 bilhões das reservas internacionais do país para intervir — o BC agirá de forma mais vigorosa para conter a alta do dólar. O mercado reagiu favoravelmente ao acordo. O dólar fechou o dia a R\$ 2,91, a menor cotação em duas semanas, com baixa de 3,64%. A Bolsa de São Paulo teve alta de 4,52%. O risco-Brasil despencou 8,48%, encerrando a quinta-feira em 1.759 pontos. “O humor do mercado melhorou muito. Mas os investidores ainda se guiarão muito pelo andamento das eleições”, disse o economista-chefe para a América Latina da Consultoria IdeaGlobal, Ricardo Amorim.

Jorge Cardoso

ACORDO RECORDE

O acordo fechado na tarde de quarta-feira, de US\$ 30 bilhões, mostra, na opinião do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que o Brasil tem e terá apoio internacional. “O apoio do Fundo não é apenas para a superação das atuais turbulências no cenário internacional, mas também para garantir uma transição tranqüila ao próximo governo”, disse. Segundo Malan, é importante ficar claro que os US\$ 30 bilhões não são uma doação. “Há a percepção clara de nossa parte, e daqueles que acompanham a atual situação, que o Brasil é muito importante para a América Latina. Se esse acordo não saísse, o custo para a população brasileira seria muito alto, com crescimento menor e desemprego maior”, afirmou o ministro.

DINHEIRO DISPONÍVEL

Do empréstimo de US\$ 30 bilhões aprovado pelo FMI, US\$ 6 bilhões (20%) serão desembolsados ainda este ano. A primeira parcela, de US\$ 3 bilhões, estará disponível para saque assim que a diretoria do Fundo aprovar o acordo. O que deverá ocorrer no início de setembro. A outra parcela, também de US\$ 3 bilhões, sairá em novembro, depois da primeira revisão do novo acordo. No ano que vem, o novo governo terá à disposição US\$ 24 bilhões. O acordo prevê a liberação desse dinheiro em três parcelas. A primeira em abril, depois da segunda revisão do acordo; a segunda, em julho; e, a terceira, em outubro. O próximo presidente terá o direito de abrir mão do acordo. Mas o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, considera importante a manutenção do contrato com o FMI para reduzir as desconfianças em relação ao país.

TAXAS PUNITIVAS

O Brasil pagará taxas de juros até três vezes maior que as praticadas normalmente pelo FMI no novo acordo. A justificativa: com o saque de US\$ 10 bilhões feito em junho último, o país extrapolou em 358% o limite máximo de sua cota de saques na instituição, de US\$ 3 bilhões. Pelo que informou o ministro Pedro Malan, dois terços dos US\$ 30 bilhões — isto é, US\$ 20 bilhões — estarão disponíveis por meio de uma linha tradicional, de *stand by*. Nesse caso, os juros serão de 2,22% ao ano mais um ponto percentual de juros para o que exceder a 200% da cota de saque e 2,22% mais dois pontos percentuais ao que ultrapassar 300% da cota. O prazo de pagamento dessa linha será de três a cinco anos. O restante do empréstimo (US\$ 10 bilhões) virá por meio de uma linha com juros punitivos, a *Supplementary Reserve Facilities* (SRF). Além dos juros de 2,22% ao ano, o governo brasileiro terá que arcar com encargo adicional entre três e cinco pontos percentuais. Ou

seja, uma parte do financiamento terá juros finais de 7,22%. É importante ressaltar que, como o Brasil já extrapolou sua cota de saque, todo o empréstimo terá taxa adicional. A linha do SRF será paga em dois anos.

PISO DE US\$ 5 BI

O presidente do Banco Central admitiu que o próximo presidente da República poderá assumir o comando do país com as reservas em US\$ 5 bilhões, conforme acordo com o FMI. “Mas não acredito que isso acontecerá”, ressaltou. No seu entender, o país voltará a receber linhas de crédito comerciais, diminuindo a necessidade de intervenção do BC no mercado para atender empresas com dificuldades para pagar dívidas no exterior.

METAS DE SUPERÁVIT

O superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros da dívida pública) de 3,75% do PIB para 2003, segundo Malan, já está assegurado por meio da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), aprovada pelo Congresso, com o apoio das lideranças de todos os partidos. Para que se mantenha esse superávit em 2004 e 2005, como prevê o novo acordo com o FMI, a LDO do ano que vem terá de especificá-lo. “Essa medida é de interesse do país, pois permitirá ao governo pôr em uma trajetória declinante a relação da dívida pública

com o PIB”, disse o ministro. Hoje, essa trajetória é espantosamente ascendente, porque metade da dívida líquida do setor público é corrigida pelo dólar.

DIÁLOGO COM O FMI

O ministro Malan garantiu que o novo governo manterá um diálogo aberto com o FMI. Ele disse, ainda, que está convencido da importância da preservação do acordo ao longo de 2003. “A julgar por várias declarações públicas, conversas de bastidores e textos escritos pelos candidatos à Presidência da República, acredito que não haverá de faltar apoio ao acordo”, emendou. O apoio ao acordo com o FMI, afirmou o ministro, reduzirá o grau de incerteza relativo à sucessão presidencial.

AJUDA SEM AMARRAS

Para o presidente do Banco Central, o acordo com o FMI é simples, “construído em cima de lições que o país aprendeu nos últimos anos”. O acordo, acrescentou, funcionará como um alívio, um caminho para o desenvolvimento. “Temos a confiança de que podemos superar as dificuldades que atormentam o país neste momento. O acordo fala por si só. É espetacular para o Brasil”, assinalou. Segundo Arminio Fraga, o acordo é minimalista, simples, e se concentra em questões como a responsabilidade fiscal e monetária e o respeito aos contratos. Não representa

“O APOIO DO FUNDO NÃO É APENAS PARA A SUPERAÇÃO DAS ATUAIS TURBULÊNCIAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL, MAS TAMBÉM PARA GARANTIR UMA TRANSIÇÃO TRANQUILA AO PRÓXIMO GOVERNO”

PEDRO MALAN, ministro da Fazenda

“TEMOS A CONFIANÇA DE QUE PODEMOS SUPERAR AS DIFICULDADES QUE ATORMENTAM O PAÍS NESTE MOMENTO. O ACORDO FALA POR SI SÓ. É ESPETACULAR PARA O BRASIL”

ARMÍNIO FRAGA, presidente do Banco Central

do. Há, segundo Malan, um trecho em uma carta do petista Luiz Inácio Lula da Silva onde se lê: “Vamos preservar o superávit primário que for requerido para a estabilização da dívida pública em relação ao PIB”. Lula, mesmo não tendo seu nome citado, foi o único candidato lembrado por Malan ao justificar o acordo com o Fundo.

LINHAS EXTERNAS

Arminio Fraga disse que sua expectativa é de que, com o acordo, haja um retorno gradual das linhas de crédito para o Brasil, que secaram nas últimas semanas de uma forma inédita. “A aversão ao risco vai diminuir, quando se olhar com cuidado os números da economia brasileira. Os créditos vão voltar”, garantiu. O acordo, destacou Fraga, representa uma enorme oportunidade a custo baixo, em um momento de crucial importância. “É criando confiança que as linhas voltarão”, afirmou. Ele lembrou que o programa atual substitui o acordo anterior com o Fundo, que acabaria em dezembro deste ano. “De qualquer forma, fica a opção para o próximo presidente pagar ou renovar por mais um ano o empréstimo de US\$ 10 bilhões feito em junho último, que vencerá em 2003”.

APOIO TOTAL

O ministro da Fazenda disse que não é justo dizer que o FMI demorou muito para socorrer o Brasil, por decisão dos Estados Unidos, o maior acionista da instituição. Há, segundo Malan, acordos que levam meses para ser fechados. “O país conseguiu acertar tudo com o Fundo em menos de duas semanas. É um tempo muito curto, que comprova o nosso histórico de credibilidade”, disse. Ele destacou que qualquer acordo envolve um intenso trabalho prévio de negociação, pois passa por vários governos do mundo, que são sócios da instituição. “Esse acordo foi fechado dois meses antes das eleições. É um avanço”, assinalou.

HORA DA JUSTIÇA

Em 1997, a Coreia do Sul quebrou. Foi ao FMI uma única vez e hoje está crescendo a taxas superiores a 4% ao ano. Em 1998, foi a vez de a Rússia quebrar. Aquele país também recorreu uma única vez ao FMI e agora está crescendo a taxas superiores a 3% ao ano. Em quatro anos, Brasil recorreu ao FMI três vezes, mesmo assim continua enfrentando sérios problemas e crescendo a taxas medíocres. O ministro Pedro Malan não quis dizer, porém, onde foi que o Brasil errou. Afirmou, apenas, que o Brasil está dando e vai continuar dando certo. E que “a história ainda fará justiça ao governo de Fernando Henrique”, devido aos avanços conseguidos em sua administração. ”

meta de inflação acumulada nos doze meses terminados em setembro próximo. É uma forma de acomodar a disparada dos preços e das tarifas públicas nos últimos meses. No acordo anterior, a inflação no período seria de 4,2%. Agora, passou para 8%. Para o fim do ano, o Fundo e o governo acertaram inflação acumulada de 6,5%, bem acima do teto da meta — 5,5% — com a qual o governo se comprometeu junto à população. Será o segundo ano consecutivo que o governo Fernando Henrique não cumprirá as metas de inflação. Para os doze meses terminados em março do ano que vem, a inflação será de 6% segundo o novo acordo. Para junho, de 5,5%, e, para setembro, de 5%. Ou seja, a inflação, na avaliação do BC, vai cair, mas de forma muito mais lenta do que se previa. Arminio Fraga ressaltou que, em todos os casos, a inflação poderá variar 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo, diminuindo o risco de estouro das metas.

nenhum tipo de restrição ao modelo que o próximo presidente dará aos rumos do país. “O acordo preserva as bases da economia e não impõe nenhuma amarra ao futuro governo”, disse.

FIM DAS INTERVENÇÕES

Desde ontem acabaram as intervenções diárias oficiais que o BC vinha fazendo no mercado, a chamada razão diária de US\$ 50 milhões. Arminio Fraga disse, porém, que o BC tem interesse em continuar irrigando o mercado e vai se manter presente no mercado à vista, de linhas de crédito e de recompra de títulos da dívida externa.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

No novo acordo com o Fundo, ficou acertado que o Banco Central terá de prestar contas à instituição todas as vezes em que as intervenções (vendas de dólares) ultrapassar a US\$ 3 bilhões em um espaço de 30 dias. “Quando isso acontecer, abriremos um diálogo com o Fundo”, afirmou Arminio Fraga. O diálogo terá que ser mantido pela próxima administração. “Mas não há nenhuma exigência oculta. O Fundo pode fazer recomendações ao governo, que pode ou não concordar”, ressaltou Fraga.

INFLAÇÃO MAIOR

O governo brasileiro pediu e o FMI autorizou quase dobrar a